
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL COM CONDIÇÃO RESOLUTIVA E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM
SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BBO PARTICIPAÇÕES S.A.**

CELEBRADA ENTRE

BBO PARTICIPAÇÕES S.A.

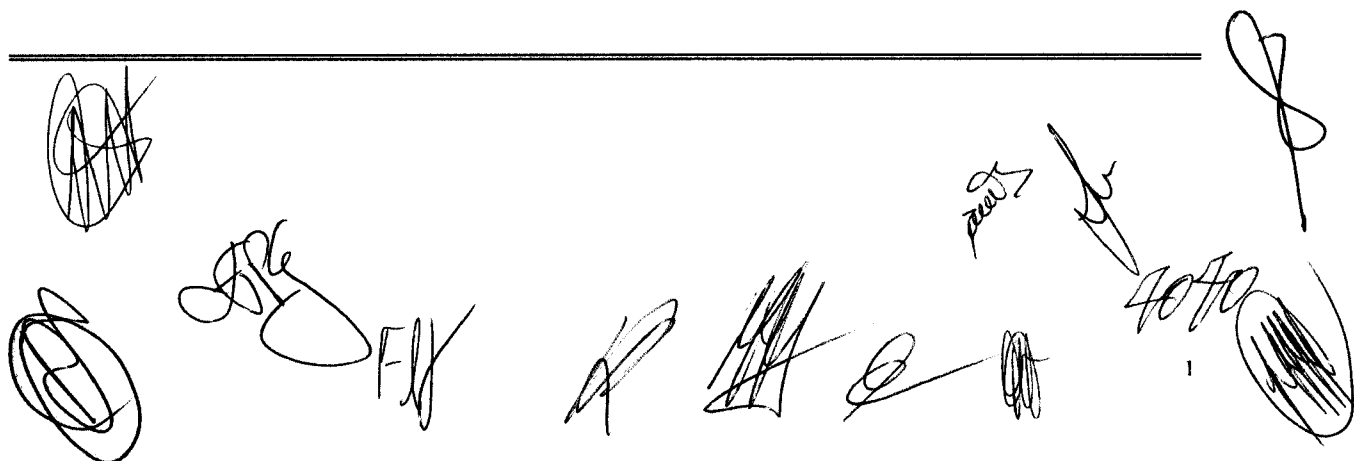
como Emissora;

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas;

DATA

27 DE DEZEMBRO DE 2010

The bottom section of the document contains several handwritten signatures and initials. From left to right, there is a circular stamp with a signature inside, followed by a signature that appears to be 'BPG', then 'FLY', a signature that looks like 'R', another signature, a signature that looks like 'E', a signature that looks like 'M', a signature that looks like '4070', and finally a large, stylized signature on the far right.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL COM CONDIÇÃO RESOLUTIVA E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, EM REGIME DE GARANTIA FIRME, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BBO PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **BBO PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974, 8º andar, CEP 30.180-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.400.344/0001-13, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" ou "Emissora"); e
- (ii) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205 - Condomínio *Downtown* - Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.768/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), representando os debenturistas da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia adicional real com condição resolutiva e fidejussória, em série única, em regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora ("Debenturistas"),

Como fiadores e principais pagadores:

- (iii) **RENATA BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES MARTINI**, brasileira, administradora de empresas, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 4.040.554, inscrita no CPF/MF sob o nº 855.259.606-72 ("Renata") e seu marido **ANDRE GONTIJO MARTINE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 3.764.639, inscrito no CPF/MF sob o nº 745.479.416-53;
- (iv) **RODRIGO BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES**, brasileiro, administrador de empresas, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.186.184, inscrito no CPF/MF sob o nº 917.648.406-82 ("Rodrigo"); e
- (v) **JULIANA BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES PASSOS**, brasileira, administrador de empresas, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 5.994.674, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.616.586-88 ("Juliana") e seu marido **CARLOS AUGUSTO RIQUE PINTO PASSOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº M 3.379.386, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.550.406-06; e
- (vi) **GABRIEL PENTAGNA GUIMARÃES**, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, administrador, portador da carteira de identidade nº MG-1.238.699, expedida pela SSP/MG, CPF nº 589.195.976-34 ("Gabriel");

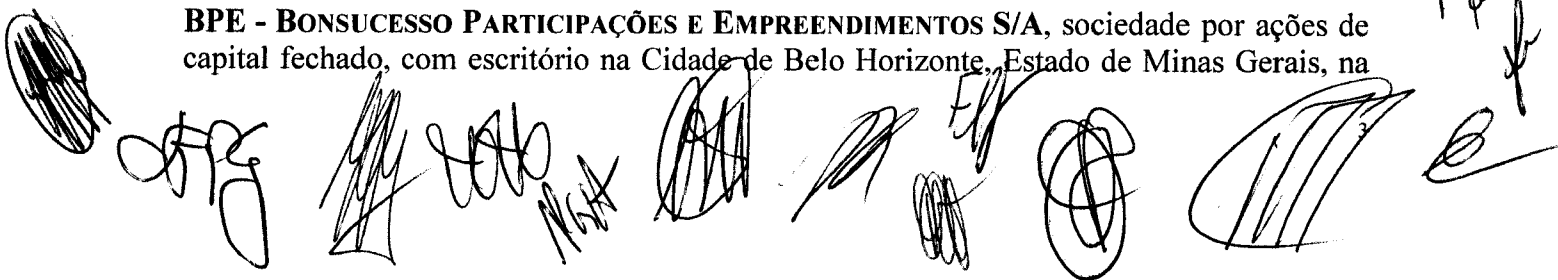
Renata, Rodrigo, Juliana e Gabriel e seus respectivos cônjuges, em conjunto, denominados “Fiadores” e/ou “Garantidores”;

E, ainda, na qualidade de intervenientes:

- (vii) **HUMBERTO JOSÉ PENTAGNA GUIMARÃES**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº MG-3.601.839, expedida pela SSP/MG, CPF nº 112.642.926-00 (“Humberto”);
- (viii) **HELOÍSA MARIA PENTAGNA GUIMARÃES HENRIQUES**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 583.620, expedida pela SSP/MG, CPF nº 132.300.006-25 (“Heloísa”);
- (ix) **GABRIEL PENTAGNA GUIMARÃES**, acima qualificado;
- (x) **REGINA MARIA PENTAGNA GUIMARÃES SALAZAR**, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº MG-841, expedida pela SSP/MG, CPF nº 715.314.166-91 (“Regina”);
- (xi) **JOÃO CLÁUDIO PENTAGNA GUIMARÃES**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº M-166.166, expedida pela SSP/MG, CPF nº 222.731.746-91 (“João Cláudio”);
- (xii) **LUIZ FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº MG-409.418, expedida pela SSP/MG, CPF nº 315.822.656-15 (“Luiz Flávio”);
- (xiii) **MARIA BEATRIZ PENTAGNA GUIMARÃES**, brasileira, solteira, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-409.849, expedida pela SSP/MG, CPF nº 300.355.116-72 (“Maria Beatriz”);
- (xiv) **RICARDO PENTAGNA GUIMARÃES**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº M-2.991.594, expedida pela SSP/MG, CPF nº 561.048.556-87 (“Ricardo”);
- (xv) **FLÁVIO LADEIRA GUIMARÃES**, brasileiro, solteiro, contador, portador da carteira de identidade nº MG-4.025.723, expedida pela SSP/MG, CPF nº 666.533.986-68 (“Flávio”);
- (xvi) **PATRÍCIA GUIMARÃES HENRIQUES FARAH**, brasileira, administradora de empresas, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 1.567.921, expedida pela SSP/MG inscrita no CPF/MF sob o nº 844.722.351-53 (“Patrícia”);

todos com endereço na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alvarenga Peixoto, nº 974 - 8º andar, Bairro Santo Agostinho e

BPE - BONSUCESSO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A, sociedade por ações de capital fechado, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na

A series of handwritten signatures and circular stamps are located at the bottom of the page, below the printed text. The signatures are in various styles, some appearing to be initials or full names. There are also several circular stamps, some of which contain text or logos, though they are not clearly legible. The overall appearance is that of a formal document with multiple parties signing or endorsing it.

Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 520, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.920.926/0001-45, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("BPE");

(Humberto, Heloísa, Regina, João Cláudio, Luiz Flávio, Maria Beatriz, Gabriel, Ricardo, Flávio, Patrícia e BPE, em conjunto, denominados "Intervenientes"), vêm por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A." ("Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base na seguinte autorização:

1.2. Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("AGE") realizada em 29 de novembro de 2010, na qual foi deliberada a emissão das Debêntures, bem como as condições constantes do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com condição resolutiva e com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Debêntures"), sob o regime de garantia firme, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta"), será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1. A ata de AGE que deliberou sobre a presente Emissão, realizada em 29 de novembro de 2010, foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), sob o nº 4498465, em 01 de dezembro de 2010, e foi publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" ("DOMG") e no jornal "Diário do Comércio", edição nacional, em 07 de dezembro de 2010, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das S.A.

2.1.2. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora no DOMG e no jornal "Diário do Comércio", edição nacional, conforme legislação em vigor.

2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. A Escritura e seus aditamentos deverão ser arquivados na JUCEMG, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.4. Dispensa de registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

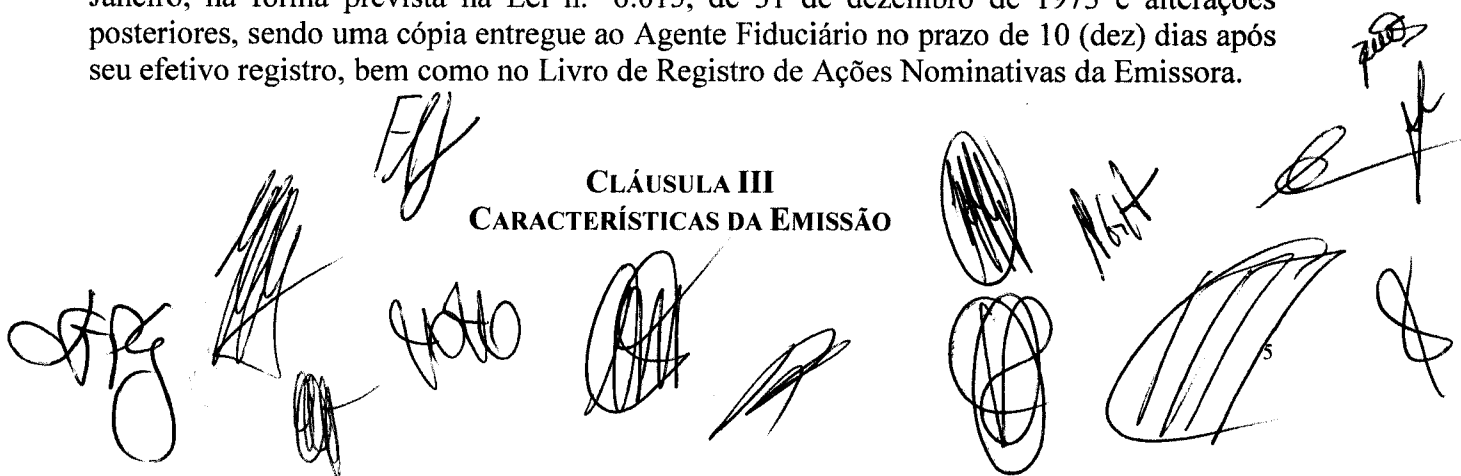
2.5.1. As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário, por meio (i) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e (ii) do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.6. Registro da Garantia

2.6.1. A presente Escritura, em função das garantias reais e fidejussória nela prestadas, será registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterações posteriores, sendo uma cópia entregue ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) dias após seu efetivo registro, bem como no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

The bottom of the page features several handwritten signatures and stamps. On the left, there are several overlapping signatures. In the center, there is a circular stamp with a signature inside. To the right, there are more signatures, including one that appears to be a large, stylized 'S' or 'Z' shape. The signatures are in black ink on a white background.

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora. O valor total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor da Oferta").

3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única. Serão emitidas 50 (cinquenta) Debêntures.

3.3.2. Não haverá a emissão de debêntures adicionais ou lote suplementar.

3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados ou cautelas representativos das Debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta em nome dos Debenturistas, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador (conforme definido abaixo).

3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

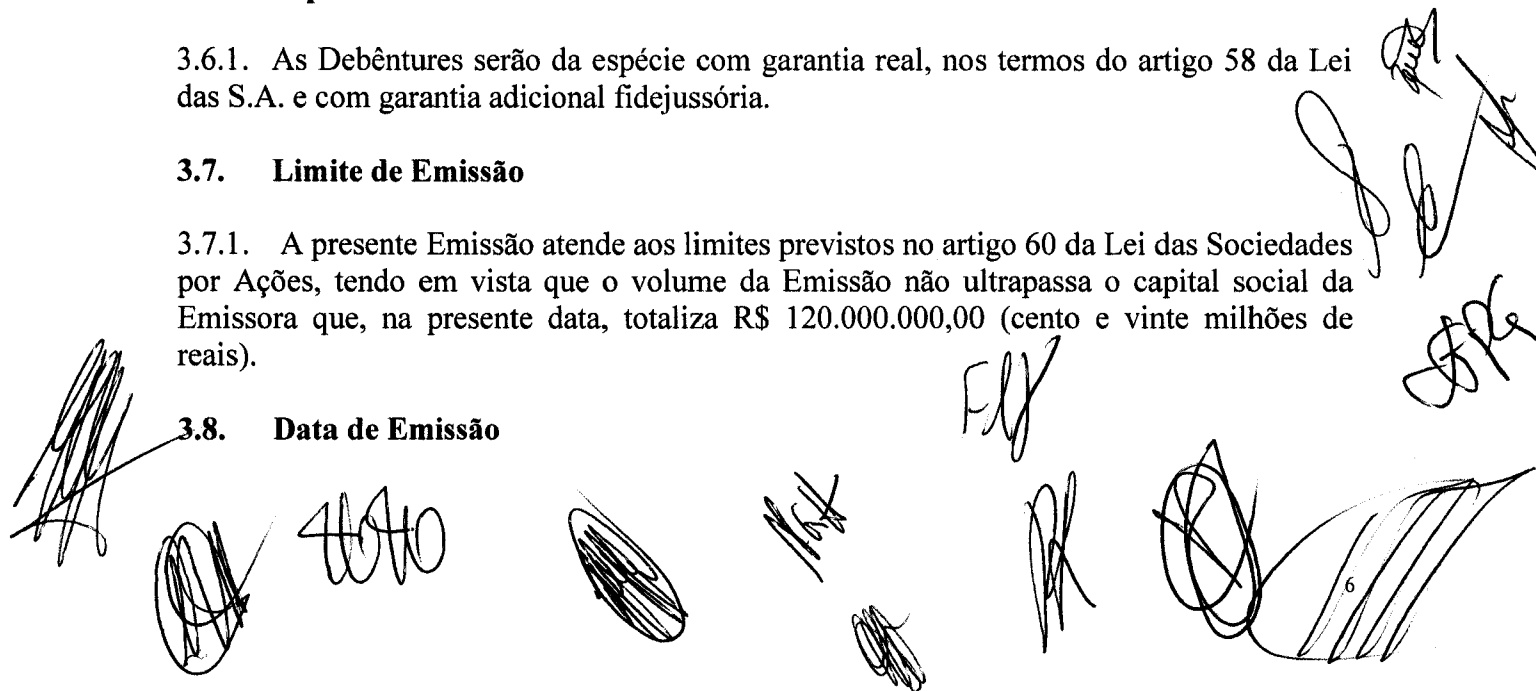
3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das S.A. e com garantia adicional fidejussória.

3.7. Limite de Emissão

3.7.1. A presente Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o volume da Emissão não ultrapassa o capital social da Emissora que, na presente data, totaliza R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

3.8. Data de Emissão

The bottom of the page contains several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a large, dark, scribbled signature. Next to it is a circular stamp with some illegible text inside. To the right of the stamp is another signature. Further right is a large, stylized signature that looks like 'FLY'. Below this is a signature that looks like 'PR'. On the far right, there is a large, complex signature that appears to be 'J. B. S. P.' or similar. There are also some smaller, less distinct signatures and marks scattered around these main ones.

3.8.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de dezembro de 2010 (“Data de Emissão”).

3.9. Prazo e Data de Vencimento

3.9.1. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de dezembro de 2012 (“Data de Vencimento”).

3.10. Remuneração das Debêntures

3.10.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI over extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* ou sobretaxa, equivalente a 1,90% (um vírgula nove por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão (respectivamente, “Taxa DI” e “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Remuneração das Debêntures, obedecida a seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1);$$

onde:

- (a) “J”: valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) “VNe”: Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) “Fator Juros”: Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread});$$

onde:

“ **FatorDI** ” = Produtório das Taxas DI-Over, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

A collection of approximately ten handwritten signatures and scribbles in black ink, located at the bottom of the page. Some are stylized initials, while others are more complex signatures. There is also a small number '7' written near the bottom right.

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

k = Número de ordens das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = Número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k : Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k : Taxa DI-Over ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

- (d) "Fator Spread": Sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{sobretaxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right];$$

onde:

- (i) "sobretaxa": 1,90 (um vírgula nove) ao ano, com base em 252 Dias Úteis
- (ii) "DP": número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo 'DP' um número inteiro.

observado, ainda:

- (A) "Período de Capitalização": Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento da Remuneração imediatamente anterior, exclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em

questão, inclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida semestralmente, conforme disposto na cláusula 3.12 abaixo;

- (B) O fator resultante da expressão $(1+TD/k)$ deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento; e
- (C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (D) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgadas pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

3.10.2. Observado o disposto na Cláusula 3.10.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDIk", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

3.10.3. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 3.10.3, convocar Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD") para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDIk", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

3.10.4. Para efeito desta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

3.10.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD e não haja qualquer vedação legal quanto a sua utilização, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

3.11. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

3.11.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 1º de dezembro de 2011 e a segunda na Data de Vencimento.

3.12. Periodicidade do Pagamento da Remuneração

3.12.1. O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, no primeiro dia dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de junho de 2011 e o último na Data de Vencimento.

3.13. Preço de Subscrição

3.13.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição").

3.14. Integralização

3.14.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição. A totalidade dos valores decorrentes da integralização deverá ser depositada na conta bancária de titularidade da Emissora, aberta junto ao Banco Bradesco S.A. ("Agente Depositário"), agência 2011-7, conta corrente 2451-1, movimentável única e exclusivamente pelo Agente Depositário mediante instruções do Agente Fiduciário ("Conta Vinculada").

3.15. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa

3.15.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ou a amortização parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado" e "Amortização Parcial"), mediante o envio de comunicação escrita aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial, informando ainda: (i) a data; (ii) o volume que será amortizado; (iii) o Prêmio, conforme abaixo definido; e (iv) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas.

3.15.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial, observado o disposto na Cláusula 3.15.5 abaixo, será: (i) no Resgate Antecipado, equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures resgatadas antecipadamente, acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da

Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado, e (ii) na Amortização Parcial, equivalente ao Valor Nominal Unitário das debêntures amortizadas parcialmente, acrescido da Remuneração devida desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data da amortização parcial. Sobre os valores apurados, incidirá um prêmio (“Prêmio”) correspondente a (“Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial”):

(i) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) se o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial forem realizados até o dia 1º de dezembro de 2011, inclusive, ou seja, no primeiro ano contado da Data de Emissão; e

(ii) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) se o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial forem realizados após o dia 1º de dezembro de 2011, exclusive, ou seja, no segundo ano a contar da Data de Emissão.

3.15.3. O pagamento do Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial deverá ser realizado de acordo com o disposto na Cláusula 3.16 abaixo.

3.15.4. Caso ocorra o Resgate Antecipado ou a Amortização Parcial, a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

3.15.5. A Amortização Parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em circulação e limitar-se a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.

3.15.6. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial serão devidos aos respectivos Debenturistas, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado ou da Amortização Parcial, conforme o caso.

3.16. Local de Pagamento

3.16.1. Observado o previsto na Cláusula 3.18 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (ii) por meio do Banco Mandatário e Escriturador para as Debêntures que não estiverem registradas no SND.

3.17. Imunidade dos Debenturistas

3.17.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Banco Mandatário e Escriturador, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.18. Prorrogação dos Prazos

3.18.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando os respectivos vencimentos coincidirem com dia em que não haja expediente bancário na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de vencimento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.19. Encargos Moratórios

3.19.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso devidamente atualizados da Remuneração, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

3.20. Decadência de Direitos aos Acréscimos

3.20.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora.

3.21. Publicidade

3.21.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal DOMG e "Diário do Comércio", edição nacional, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - internet (www.bancobonsucesso.com.br). A publicação dos referidos atos poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

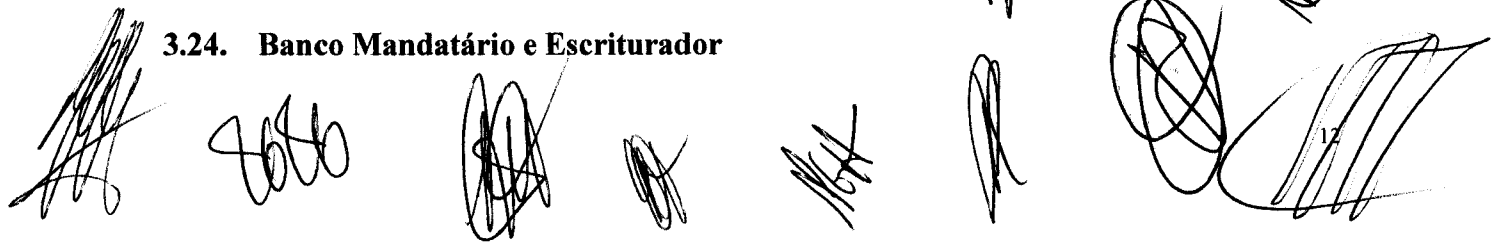
3.22. Destinação dos Recursos

3.22.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures será destinada à liquidação de dívida contraída pela Emissora junto ao BES Investimento do Brasil S/A - Banco de Investimento ("BES"), conforme Cédula de Crédito Bancário, nº 0018/2010, firmada em 23.03.2010 ("CCB").

3.23. Repactuação

3.23.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.24. Banco Mandatário e Escriturador

The bottom of the page contains several handwritten signatures and stamps. On the left, there are three distinct signatures. In the center, there is a circular stamp with some illegible text inside. To the right of the stamp, there are more signatures, including one that appears to be a large, stylized 'S' or 'B'. On the far right, there is a rectangular stamp with the number '12' inside it. The overall appearance is that of a formal document with multiple parties' signatures and official stamps.

3.24.1. O banco mandatário da Emissão e a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S/A ("Banco Mandatário e Escriturador").

3.25. Garantias

3.25.1. Garantia Real com Condição Resolutiva

3.25.1.1 As Debêntures terão como garantias: (i) alienação fiduciária com condição resolutiva de 13.500.000 (treze milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão do Banco Bonsucesso S/A, sociedade por ações autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Rua Alvarenga Peixoto, nº. 974, 8º andar, Bairro Santo Agostinho, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 71.027.866/0001-34 ("Banco Bonsucesso"), correspondentes a 30% (trinta por cento) do capital social votante do Banco Bonsucesso, de titularidade dos Intervenientes. Integrarão a presente garantia os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pelo Banco Bonsucesso, respeitado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), do lucro líquido distribuído pelo Banco Bonsucesso que ficará disponível aos Intervenientes na proporção de suas ações alienadas, quando adimplentes as obrigações desta Escritura e das Debêntures, conforme disposto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações com Condição Resolutiva, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas fiduciariamente sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), bem como todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo o Banco Bonsucesso ("Ações Alienadas" ou "Ações Alienadas com Condição Resolutiva"), cujo percentual de garantia será calculado anualmente, com base nas demonstrações financeiras do Banco Bonsucesso de cada ano, a serem encaminhadas pela Emissora ao Agente Fiduciário até 31 de março de cada ano, de acordo com a Cláusula 3.25.1.10 desta Escritura, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações com Condição Resolutiva, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e, como intervenientes anuentes, o Banco Bonsucesso e BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento, em 27 de dezembro de 2010 ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações com Condição Resolutiva");

3.25.1.2 O montante recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos Debenturistas, a título de integralização das Debêntures, serão depositados na Conta Vinculada de titularidade da Emissora, com a finalidade de pagar o valor de principal e os juros relativos ao empréstimo contratado pela Emissora junto ao BES Investimento do Brasil S/A - Banco de Investimento ("BES"), sendo tal conta movimentada única e exclusivamente pelo Agente Depositário mediante instruções do Agente Fiduciário. A referida Conta Vinculada será encerrada após a quitação integral do empréstimo contratado com o BES.

3.25.1.3 As Ações Alienadas com Condição Resolutiva encontravam-se alienadas fiduciariamente em favor do BES, em garantia do pagamento do valor do principal e juros relativos ao empréstimo contratado pela Emissora junto ao BES através da Cédula de Crédito Bancário, nº 0018/2010, firmada em 23.03.2010.

3.25.1.4 Entretanto, considerando que a destinação dos recursos da Emissão é a quitação integral do saldo devedor, na data de liquidação, do empréstimo mencionado no item 3.25.1.3 acima, o BES entregou ao Agente Fiduciário, nesta data, Termo de Liberação de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco Bonsucesso S/A, sob Condição Resolutiva ("Termo de Liberação"), conforme Anexo I, através do qual o BES autorizou a Emissora a cancelar a alienação fiduciária que existia em seu favor antes da data de assinatura da presente Escritura e, conseqüentemente, do pagamento da referida CCB, desde que cumprida a Condição Resolutiva, conforme abaixo definido. Por meio do Termo de Liberação o BES desonerou as Ações Alienadas com Condição Resolutiva, as quais, nesta data, encontram-se inteiramente livres e desembaraçadas para os efeitos da alienação fiduciária de Ações Alienadas em favor da totalidade dos Debenturistas.

3.25.1.5 Caso a liquidação não ocorra até 15 de janeiro de 2011 e/ou o montante disponível na Conta Vinculada não seja suficiente para o pagamento integral do saldo da dívida contraída pela Emissora junto ao BES, na data de liquidação ("Condição Resolutiva"), a liberação das Ações Alienadas com Condição Resolutiva perderá eficácia, tornando-se nula de pleno direito, deixando, portanto, de ter efeito perante terceiros, voltando, automaticamente, o BES a ser o beneficiário da alienação fiduciária das Ações Alienadas com Condição Resolutiva, de forma que a presente Emissão perderá a garantia real. Neste caso, a Emissora se compromete a firmar aditamento à presente Escritura, em até 2 (dois) dias úteis, o qual deverá dispor sobre o cancelamento da Emissão.

3.25.1.6 Na data de integralização das Debêntures, o Agente Fiduciário autorizará o Agente Depositário a liberar os valores existentes na Conta Vinculada, decorrentes da integralização das Debêntures, única e exclusivamente para quitar o saldo devedor para o pagamento integral da dívida da CCB, sendo certo que, na mesma data, considerar-se-á implementada a Condição Resolutiva e as Ações Alienadas estarão garantindo única e exclusivamente as obrigações da Emissora em favor dos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, decorrentes dessa Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações com Condição Resolutiva

3.25.1.7 Independente das disposições desta Escritura, fica certo e acordado entre as partes que o Agente Fiduciário somente efetuará a liberação dos valores decorrentes da liquidação das Debêntures se o valor for suficiente para quitação integral do saldo remanescente da CCB, na data da liquidação.

3.25.1.8 A Emissora compromete-se a tomar todas as medidas necessárias à formalização, constituição e aperfeiçoamento da alienação fiduciária sobre as Ações Alienadas com Condição Resolutiva em favor dos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário. A Emissora declara sua ciência e anuência de que o Agente Fiduciário somente emitirá ordem para a movimentação da Conta Vinculada para o pagamento do empréstimo contratado junto ao BES após a baixa do gravame atualmente existente sobre as Ações Alienadas com Condição Resolutiva, conforme cláusula 4.1, (b), abaixo, e a formalização

da alienação fiduciária das Ações Alienadas com Condição Resolutiva em favor dos Debenturistas.

3.25.1.9 O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, promover a averbação do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, caso a Emissora não o faça, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil.

3.25.1.10 O valor das Ações Alienadas com Condição Resolutiva, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações com Condição Resolutiva, será apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras do Banco Bonsucesso de cada ano, a ser encaminhado ao Agente Fiduciário pela Emissora até 31 de março de cada ano, de modo que representem, no mínimo, o valor correspondente a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Valor Mínimo da Garantia"). A Emissora compromete-se a fazer constar em nota explicativa do balanço semestral do Banco Bonsucesso, devidamente auditado por empresa de auditoria independente de primeira linha, o valor patrimonial das ações alienadas em garantia da Emissão.

3.25.1.10.1 Para os fins desta cláusula, as Ações Alienadas com Condição Resolutiva correspondem a R\$88.021.575,00 (oitenta e oito milhões, vinte e um mil e quinhentos e setenta e cinco reais), na Data de Emissão, avaliada conforme patrimônio líquido constante das informações trimestrais relativas ao terceiro trimestre, encerrado em 30 de setembro de 2010, representando, assim, 176,04% (cento e setenta e seis vírgula zero quatro por cento) do saldo devedor das Debêntures, na Data de Emissão.

3.25.1.11 Caso o Agente Fiduciário, após o recebimento das demonstrações financeiras do Banco Bonsucesso referidas no item 3.25.1.4, verifique o não atendimento do Valor Mínimo da Garantia, deverá notificar a Emissora, para que em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de entrega da notificação, complemente a garantia real de modo a restabelecer o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.25.1.10 acima.

3.25.1.12 A não observância do complemento da garantia a fim de manter o Valor Mínimo da Garantia, nos termos e no prazo previsto na Cláusula 3.25.1.11 acima, acarretará vencimento antecipado das Debêntures.

3.25.1.13 Caso haja, por parte dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário, dúvida fundada quanto aos critérios utilizados para (i) a seleção da empresa de consultoria independente ou do banco de investimento e/ou (ii) a avaliação do valor das Ações Alienadas com Condição Resolutiva e apuração do Valor Mínimo de Garantia, o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora a contratação de nova empresa de consultoria independente ou banco de investimento, ambos de primeira linha, selecionado pelos Debenturistas, para realização de nova avaliação.

3.25.2. Garantia Fidejussória

3.25.2.1 Adicionalmente à garantia real, as Debêntures contarão com garantia fidejussória dos Garantidores sobre todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta

Escritura, na qual os Garantidores obrigam-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração incidente sobre as Debêntures, dos Encargos Moratórios devidos pela Emissora e do Prêmio de Resgate Antecipado ou Prêmio de Amortização Parcial, nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como de todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, pelo Agente Depositário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (“Fiança” e “Valor Garantido”).

3.25.2.2 Conforme quadro abaixo, o patrimônio líquido dos Garantidores, de acordo com as respectivas declarações de Imposto de Renda referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representa o seguinte percentual do volume da Emissão:

Garantidor	Percentual Equivalente ao Volume da Emissão
Gabriel Pentagna Guimarães	96,99%
Renata Braga Pentagna Guimarães Martini	0,84%
Rodrigo Braga Pentagna Guimarães	4,04%
Juliana Braga Pentagna Guimarães Passos	1,77%

3.25.2.3 Os Garantidores obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento pela Emissora, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido, inclusive do total. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

3.25.2.4 Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 836, 837, 838 e 839, do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (“Código de Processo Civil”).

3.25.2.5 Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto da Cláusula 3.25.1, observado, entretanto, que os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Garantidores nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

3.25.2.6 A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

3.25.2.7 A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias, até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.25.2.8 Os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido. A presente Fiança extinguir-se-á automaticamente com o total e final adimplemento válido e eficaz do Valor Garantido.

3.25.2.9 Em razão da Garantia Fidejussória prestada nos termos desta cláusula, a Emissora se compromete a registrar a presente Escritura de Emissão em até 10 (dez) dias úteis contados da presente data.

3.26. Colocação das Debêntures

3.26.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com esforços restritos de colocação, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.” (“Contrato de Distribuição”).

3.26.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Banco Bradesco BBI S.A., na qualidade de coordenador da Oferta (“Coordenador Líder”), poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.26.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.26.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

3.26.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (“Investidores Qualificados”). Para as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) desta Cláusula deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da

Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.26.6. Havendo exercício da garantia firme, as Debêntures poderão ser colocadas em qualquer das empresas que integram o conglomerado financeiro do Coordenador Líder.

3.26.7. O Plano de Distribuição deverá observar os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição.

3.26.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

3.26.9. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, e (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

3.26.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA IV VENCIMENTO ANTECIPADO

4.1. Respeitado o disposto nas Cláusulas 4.2 e 4.3, as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura serão declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, da Emissora, de suas controladas e/ou coligadas;
- (b) pedido ou decretação de insolvência civil dos Garantidores e/ou controladoras da Emissora;
- (c) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura;
- (d) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, se não sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, exceto nos casos com prazo específico para cumprimento;
- (e) na hipótese de decretação do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratada pela Emissora ou por quaisquer sociedades direta ou indiretamente sujeitas ao seu controle societário, cujo valor agregado supere R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- (f) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações provarem-se falsas, incorretas, inconsistentes ou enganosas;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, que impliquem interrupção ou suspensão total ou de parte relevante das atividades da Emissora, sem que a Emissora inicie, no prazo de 15 (quinze) dias contados dos eventos descritos nesta alínea “g”, os procedimentos para adoção das medidas necessárias para reverter ou obter medida liminar preservando seus direitos;
- (h) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer bens de seu ativo, incluindo participações societárias, sem a anuência expressa dos Debenturistas, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas;
- (i) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (j) se houver qualquer transferência do controle societário da Emissora, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, em ambos os casos sem anuência prévia e expressa dos Debenturistas, exceto se entre os atuais acionistas da Emissora e/ou entre integrantes do grupo econômico da Emissora (conforme definido nos artigos 265 e seguintes da Lei das S.A.);
- (k) redução de capital social da Emissora que resulte em capital social inferior a 60% (sessenta por cento) do capital social existente na Data de Emissão, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A.; ou (ii) se previamente autorizado por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação;
- (l) protesto de título(s) de responsabilidade ou co-obrigação da Emissora e dos Garantidores, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), cuja devida e tempestiva comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento não for apresentado ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação do protesto;
- (m) não pagamento, no prazo indicado na respectiva decisão, de valor devido em decorrência de decisão judicial transitada em julgado ou sentença arbitral definitiva, em montante superior, individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (n) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogados, rescindidos, se tornarem nulos, de forma a subtrair a

validade ou eficácia da Emissão, e tal efeito não for sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação de inadimplemento, desde que não exista outro prazo ou disposição diversa constante nesta cláusula;

- (o) caso a Emissora vier a cessar suas atividades empresariais, a adotar medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução ou realizar transformação em sociedade limitada;
- (p) caso a Garantia Fidejussória prevista na Cláusula 3.25.2 desta Escritura não esteja válida e registrada perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas Cidades de Belo Horizonte - MG e Rio de Janeiro - RJ, em até 20 (vinte) dias úteis após o anúncio de encerramento da Oferta;
- (q) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura;
- (r) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades e/ou das ações do capital social da Emissora;
- (s) suspensão da negociação ou do registro para negociação das Debêntures junto à CETIP não sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
- (t) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora, incluindo a concessão de mútuos ou financiamentos pela Emissora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., inclusive o pagamento de juros sobre capital próprio imputáveis ao pagamento de dividendo mínimo;
- (u) a não observância do complemento da garantia a fim de manter o Valor Mínimo da Garantia, nos termos da Cláusula 3.25.1.12 acima;
- (v) caso as Garantias previstas na Cláusula 3.25 desta Escritura venham a se tornar ineficazes ou inexecutáveis, e tal ineficácia ou inexecutabilidade não seja revertida no prazo de 15 (quinze) dias úteis da sua ocorrência;
- (w) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), bem como na regulamentação aplicável), afete de forma negativamente relevante a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações financeiras, incluindo, mas não se limitando as obrigações financeiras decorrentes da presente Escritura;

4.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (d), (e), (h) (i), (l), (m), (n), (p), (r), (t), (u), e (v) da Cláusula 4.1 acima, desde que não remediados nos

respectivos prazos de cura, quando aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, inclusive conforme a excussão das Garantias, observado o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

4.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (f), (i), (j), (k), (o), e (v), da Cláusula 4.1 acima, desde que não remediados nos respectivos prazos de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das debêntures. A AGD a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.4. Na AGD mencionada na Cláusula 4.3 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula 7.2 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, optando por não excutir as Garantias.

4.5. Na hipótese (i) de não instalação da AGD mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não aprovado o exercício da faculdade prevista acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

4.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou o seu saldo, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.19 acima.

4.7. Na hipótese da Cláusula 4.3 acima, o pagamento deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 9.2 desta Escritura, ou por aviso de recebimento.

CLÁUSULA V COMPROMISSOS DA EMISSORA E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se adicionalmente às obrigações previstas nesta Escritura a:

(a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura;

- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato que, no entendimento da Emissora, afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral definitiva que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos judiciais, administrativos e procedimentos arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 4 acima;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário:

(i) informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário justificadamente venha a requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) dentro do prazo de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, indicando o Valor Mínimo da Garantia com base em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior;

(iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou até 10 (dez) dias após as datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas informações trimestrais relativas aos respectivos trimestres, quando for o caso, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (b) declaração da diretoria da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes da Escritura;

(iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva obrigações de pagamento pela Emissora de valores iguais ou superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dentro de 02 (dois) dias úteis após o seu

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller signatures in the center, and a signature on the right. There are also some circular stamps or marks.

recebimento;

(v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, e que seja necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM 28, conforme definida abaixo;

(vii) em até 1 (um) dia útil, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 3.21, acima;

(viii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados (ou deveriam ter sido publicados) ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(ix) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;

- (f) convocar as AGDs, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) cumprir as determinações emanadas do Banco Central do Brasil ("Bacen"), entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, pela CETIP, ou pela CVM;
- (h) (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, suas demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com os normativos emitidos pelo Bacen, (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar tais demonstrações acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, e (iv) manter tais documentos em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, nos termos da Instrução CVM 476;
- (i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (j) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;

- (k) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso, em data e em horário comercial previamente acordados com a Emissora, a qual não poderá exceder a 2 (dois) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela AGD;
- (l) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (m) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a ocorrência do fato ou do ato;
- (n) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos relevantes exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (o) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontram-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (p) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (q) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) Banco Mandatário e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND); e, durante o prazo necessário, o Agente Depositário.

efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. To its right are several smaller, more compact signatures. On the far right, there are two more distinct signatures, one of which appears to be a cursive 'S' or 'B' followed by a flourish. The signatures are scattered across the bottom margin, below the main text block.

- (s) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.22 acima;
- (t) adotar todas as providências necessárias e comercialmente razoáveis para a defesa das Ações Alienadas com Condição Resolutiva, contra quaisquer procedimentos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos por terceiros;
- (u) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da respectiva solicitação, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações por este requeridas, acerca das Debêntures, incluindo, mas não limitando-se as Ações Alienadas com Condição Resolutiva, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de sorte a permitir que o Agente Fiduciário execute todas as disposições dessa Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (v) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção das Debêntures, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, todos os direitos dos Debenturistas sobre as Debêntures, incluindo, mas não se limitando às Ações Alienadas com Condição Resolutiva, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, contra quaisquer processos administrativos ou judiciais que venham a ser propostos por terceiros e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa as Debêntures; e
- (w) (i) observar os deveres de sigilo e as vedações à negociação previstos na Instrução CVM nº 358 e (ii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM nº 358 e da Instrução CVM 476;
- (x) contratar, as suas expensas, escritório de advocacia de renomada reputação para assessorar a Emissora, o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na elaboração dos documentos da Oferta;
- (y) observar os limites da emissão prescritos no artigo 60 da Lei da S.A.;
- (z) fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (aa) enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD; e
- (bb) notificar o Agente Fiduciário, acerca de qualquer inadimplemento, no prazo máximo de 2 (dois) dias contados da data do inadimplemento.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. Nomeação

6.1.1. A Emissora constitui e nomeia Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como o agente fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.

6.1.2. A título de honorários pelos serviços prestados pelo Agente Fiduciário serão devidas parcelas mensais de R\$2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes. Serão devidas parcelas mensais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.1.3. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

6.1.4. No caso de celebração de aditamentos a Escritura e aos contratos de garantia da Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações.

6.1.5. Os impostos (ISS, PIS, COFINS, CSLL E IRRF) vigentes à época do pagamento serão acrescidos a remuneração do Agente Fiduciário.

6.1.6. As parcelas de remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da data de emissão.

6.1.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura desta Operação e dos Debenturistas, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.1.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela

Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.1.9. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.1.10. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”).

6.2. Substituição

6.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

6.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 6.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 6.2.7. abaixo.

6.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

6.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá receber remuneração superior ao seu antecessor, a não ser que aprovado pela

Emissora; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

6.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser arquivado perante a JUCEMG.

6.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.3. Deveres

6.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à sua função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o arquivamento desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável e devidamente justificado e aprovado previamente pelos Debenturistas reunidos em AGD, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das S.A. e desta Escritura, devendo ser a Emissora notificada desta convocação concomitantemente;
- k) comparecer à AGD, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 4.1 (q) acima;

(viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais das Debêntures; e

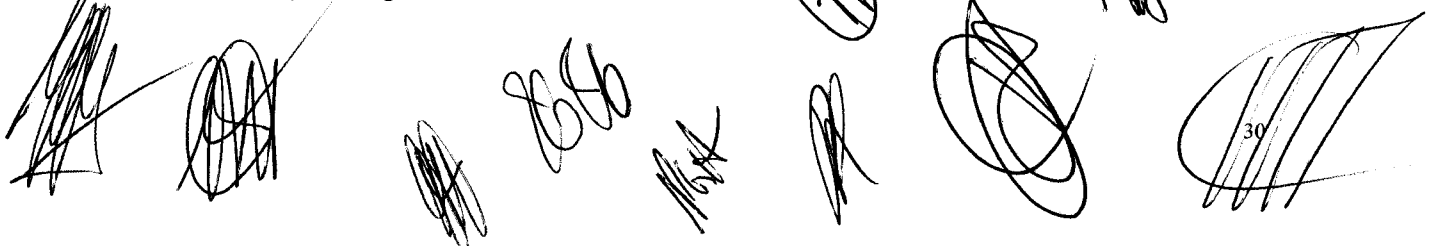
(x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

- m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício

social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora e na página da rede mundial de computadores pertinente;
 - (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) na sede da CVM; e
 - (iv) na sede do Coordenador Líder, indicada na Cláusula IX abaixo;
- n) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.21 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
 - o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, diligências junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP;
 - p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
 - q) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 4.1 “q”, acima, apurados pela Emissora;
 - r) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que houver tomado ciência do inadimplemento, informando sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura;
 - s) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
 - t) intimar a Emissora a reforçar as garantias reais, na hipótese prevista na Cláusula 3.25.2.1 desta Escritura;
 - u) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor das Ações Alienadas, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
 - v) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora, através do site www.oliveiratrust.com.br; e
 - w) acompanhar com o Banco Mandatário e Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;

6.4. Atribuições Específicas

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, some overlapping the text of section 6.4. The signatures vary in style, with some being highly stylized and others more legible. There are approximately 10-12 distinct marks.

6.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) e (d) da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” da mesma Cláusula.

6.4.3. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

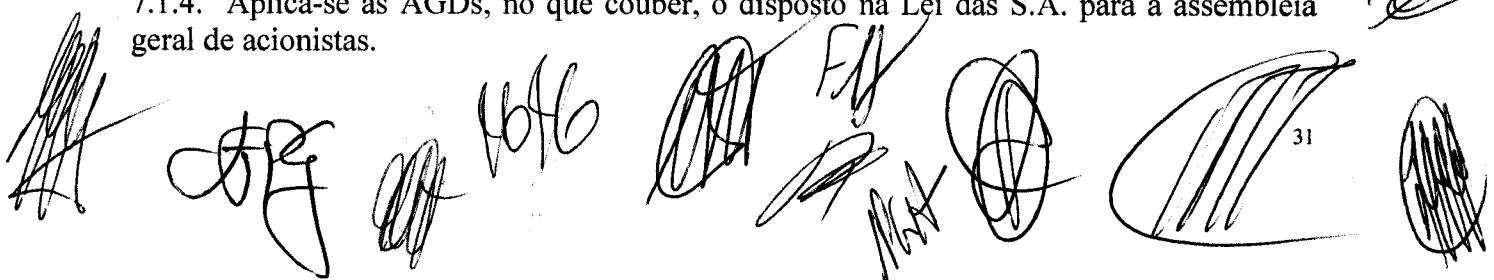
7.1. Convocação

7.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.1.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, por pelo menos 3 (três) vezes, no jornal DOMG e no “Diário do Comércio”, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para a assembleia geral de acionistas.



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the center, and a signature on the right near the page number.

7.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

7.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura.

7.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.1.9. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações, exceto se especialmente convocadas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade mais um, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.2.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, que deverá ser obrigatoriamente informada da data, hora e local de realização da respectiva AGD pelo Agente Fiduciário e poderá participar e discutir os assuntos levados à deliberação, desde que sem prejudicar a dinâmica dos trabalhos.

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

7.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações das AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as

alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como a deliberação objeto da Cláusula 4.4 acima, deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quorum previsto na Cláusula 6.4.2 acima, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação.

7.4.2. As alterações das disposições estabelecidas nesta Cláusula 7.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, na Data da Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora. O Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (k) verificou, com base nos documentos apresentados pela Emissora, que a presente Emissão encontra-se dentro do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das S.A., na Data da Emissão;
- (l) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura;
- (m) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (n) O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das debêntures ou até sua efetiva substituição; e
- (o) Na data de assinatura desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações com Condição Resolutiva não foi possível atestar sobre a constituição e exeqüibilidade das Garantias prestadas, em função do previsto nas cláusulas 3.25.1.3, 3.25.1.4, 3.25.1.5 e 3.25.1.9 acima, bem como do registro dos Instrumentos de Garantia nos competentes cartórios de títulos e documentos, sendo certo que quando do respectivo registro nos respectivos cartórios estes passarão a estar regularmente constituídos e exeqüíveis.

8.2. Declarações e Garantias da Emissora

8.2.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, exceto no que se refere ao pagamento antecipado da Cédula de Crédito Bancário firmada pela Emissora junto ao BES Investimento do Brasil S/A - Banco de Investimento em 23.03.2010, cuja liquidação dar-se-á com a utilização da

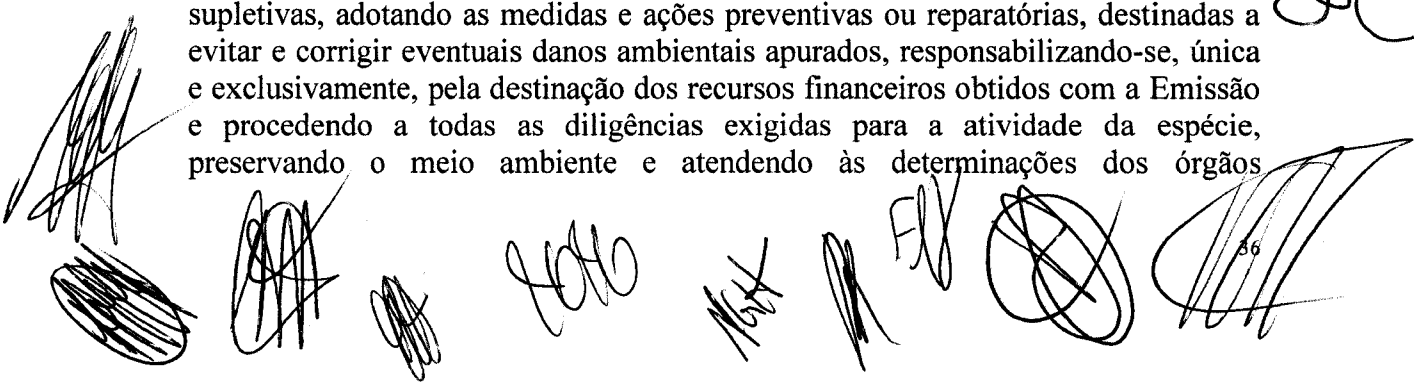
Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and center.

totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures pela Emissora, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto com relação ao ônus ou gravame decorrente do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) na Data de Emissão as Ações Alienadas, alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, possuem valor igual ou superior ao Valor Mínimo da Garantia;
- (e) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (f) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, que seja de conhecimento da Emissora, cujo prognóstico de resultado possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira;
- (g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída na forma de companhia de capital fechado de acordo com as leis brasileiras; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios;
- (j) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (k) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures (exceto com relação às Garantias), ou para a

realização da Emissão exceto pelo registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

- (l) a Emissora cumpre regularmente, em seus aspectos relevantes, as leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (m) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes, inclusive ambientais, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (n) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas;
- (q) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.22 desta Escritura;
- (r) está cumprindo rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão e procedendo a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos

A series of handwritten signatures and initials are located at the bottom of the page, below the list of items (l) through (r). These include several large, stylized signatures and smaller initials, some of which appear to be crossed out or circled. The signatures are written in black ink on a white background.

municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou a regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (s) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (t) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.3. Declarações e Garantias dos Intervenientes e Garantidores

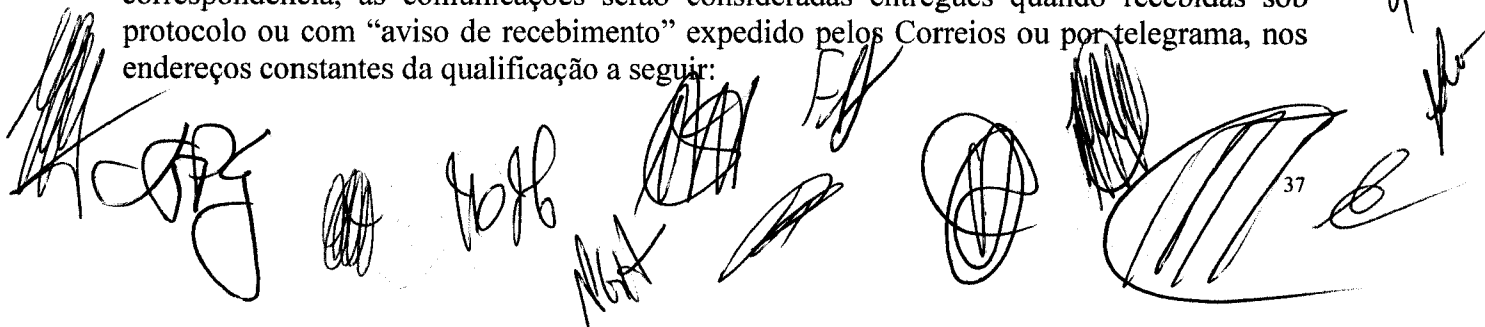
8.3.1 Os Intervenientes e os Garantidores declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) possuem plenos poderes, autoridade e capacidade para celebrar esta Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, possui todas as autorizações necessárias para a constituição das Garantias e poderão cumprir com todas as obrigações assumidas nesta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (b) ao Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações constitui obrigação legal, válida e vinculativa, podendo ser executado contra si de acordo com seus termos;
- (c) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto.

CLÁUSULA IX COMUNICAÇÕES

9.1. Exceto se de outra forma prevista nesta Escritura, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes deverão ser encaminhadas para endereços constantes na Cláusula 9.2 abaixo.

9.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller initials in the center, and a signature on the right. A circled signature is also visible near the bottom center.

(a) Para a Emissora:

BBO Participações S.A.

Rua Alvarenga Peixoto, nº. 974, 8º andar
Bairro Santo Agostinho
CEP 30180-120 - Belo Horizonte - MG
At.: Gabriel Pentagna Guimarães
Telefone: (31) 2103-7991
Fac símile: (31) 2103-7905
e-mail: gabriel@bancobonsucesso.com.br
Internet: <http://www.bancobonsucesso.com.br/>

(b) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust DTVM S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13 – C, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
CEP 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Gustavo Dezouzar
Telefone: (21) 3514-0000
Fac símile: (21) 3514-0099
e-mail: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br
Internet: www.oliveiratrust.com.br

(c) Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S/A

Cidade de Deus, s/n, Pr. Amarelo - 2º andar - Vila Yara
CEP 06029-900 - Osasco - SP
At.: João Batista de Souza/Fábio da Cruz Tomo
Telefone: (11) 3864-7911 – 3684-2852
e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br
Internet: www.bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

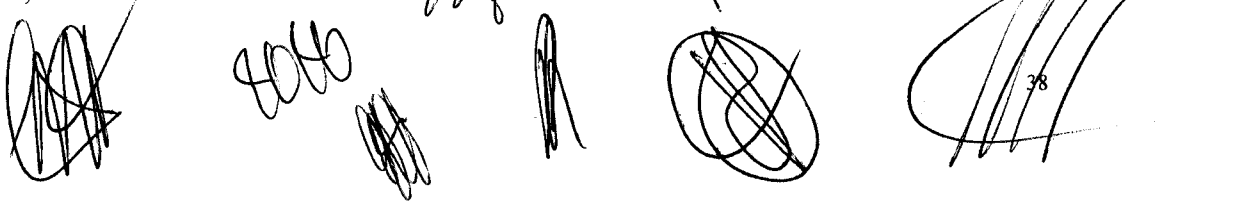
CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro - RJ
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar, São Paulo - SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários - GEVAM
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(e) Para o Coordenador Líder:

Banco Bradesco BBI S.A.

Av. Paulista, 1450 – 8º andar

The bottom of the page contains several handwritten signatures and scribbles. On the left, there is a large, dark, circular scribble. Next to it is a signature that looks like 'SABO'. To the right of that is another signature, possibly 'Mota'. Further right is a signature that looks like 'FAR'. On the far right, there is a large, stylized signature that looks like 'JG' or 'JF'. Below these, there are more scribbles and a signature that looks like '38'.

CEP 01013-917 – São Paulo – SP
At.: João Carlos Zani
Telefone: (11) 2178.5306
Fac símile: (11) 2178-4880
e-mail: zani@bradescobbi.com.br
Internet: http://www.bradescobbi.com.br/

(f) Para os Intervenientes e os Garantidores:

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
c/c Gabriel Pentagna Guimarães
Rua Alvarenga Peixoto, nº. 974, 8º andar
Bairro Santo Agostinho
CEP 30180-120 - Belo Horizonte - MG
At.: Paulo Henrique Pentagna Guimarães c/c Gabriel Pentagna Guimarães
Telefone: (31) 2103-7991
Fac símile: (31) 2103-7905
e-mail: gabriel@bancobonsucesso.com.br

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 9.3. acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As notificações de inadimplemento dispostas na Cláusula 4 desta Escritura não poderão ser realizadas por meio eletrônico ou fac-símile, devendo ser entregues em mãos, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio.

CLÁUSULA X CUSTOS DE REGISTRO

10.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.1.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.2. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

11.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

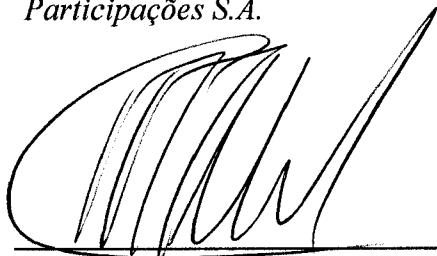
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2010.

(assinaturas na próxima página)

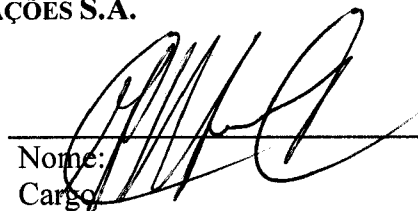
The bottom half of the page contains numerous handwritten signatures and initials in black ink. These marks are scattered across the lower portion of the document, likely representing the parties and witnesses mentioned in the text above. Some signatures are more elaborate, while others are simple initials or scribbles.

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.



BBO PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:



Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,

Nome:

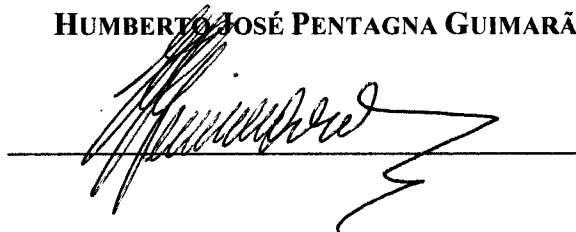
Cargo:

Patricia Russo
Procuradora

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones on the left and center.

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

HUMBERTO JOSÉ PENTAGNA GUIMARÃES

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.A collection of various handwritten signatures and initials in black ink, scattered across the bottom of the page. Some are circular, some are linear, and some are more complex, stylized marks.

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

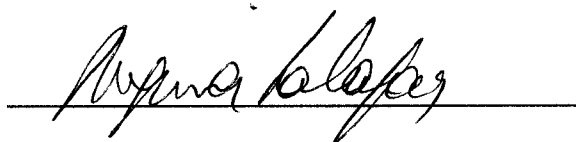
HELOÍSA MARIA PENTAGNA GUIMARÃES HENRIQUES

Helena S. Henriques

[Handwritten signatures and initials]

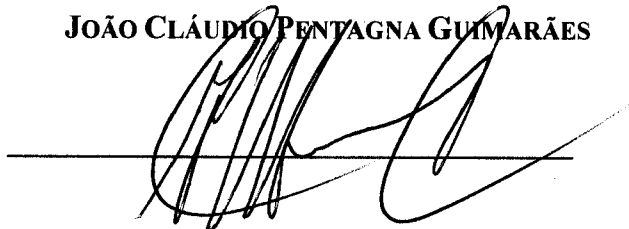
Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

REGINA MARIA PENTAGNA GUIMARÃES SALAZAR



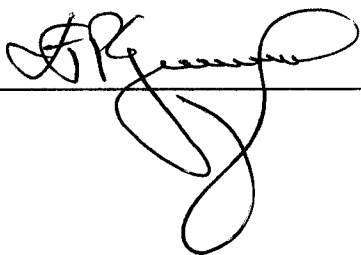
Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

JOÃO CLÁUDIO PENTAGNA GUIMARÃES

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is highly cursive and appears to be the name João Cláudio Pentagna Guimarães.A collection of various handwritten signatures and initials in black ink, scattered across the bottom right portion of the page. Some are clearly legible as initials (e.g., 'HOTO', 'FLY', 'MST'), while others are more complex and stylized signatures. There is also a small circular stamp or mark near the center of this group.

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

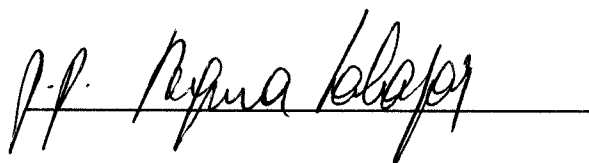
LUIZ FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES





Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.















MARIA BEATRIZ PENTAGNA GUIMARÃES



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including "FLX", "MAG", "SFG", and others.

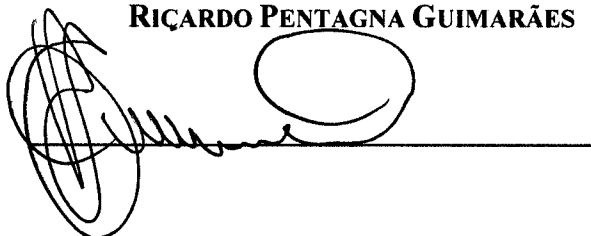
Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.


GABRIEL PENTAGNA GUIMARÃES

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

RICARDO PENTAGNA GUIMARÃES

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'R' followed by a series of loops and a horizontal line extending to the right.A collection of various handwritten signatures and initials in black ink, scattered across the bottom of the page. Some are clearly legible, while others are highly stylized or scribbled.

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

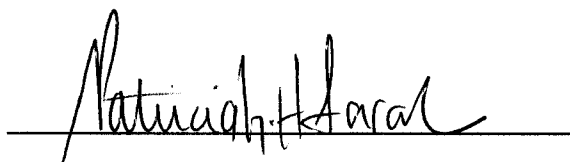
FLÁVIO LADEIRA GUIMARÃES

Flávio Ladeira Guimarães

[Handwritten signatures and initials]

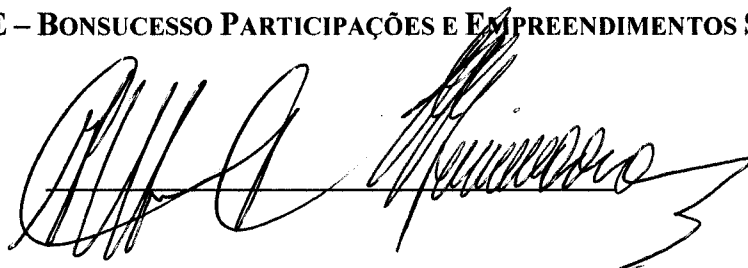
Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

PATRÍCIA GUIMARÃES HENRIQUES FARAH



Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

BPE – BONSUCESSO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A



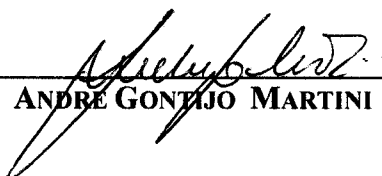
Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

RENATA BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES MARTINI



O Sr. Andre Gontijo Martini, cônjuge da fiadora Sra. Renata Braga Pentagna Guimarães Martini, assina este instrumento autorizando, de maneira irrevogável e irretratável, a fiança concedida, declarando que leu e entendeu as suas obrigações sob este instrumento e concordando com os termos e condições em que é prestada.

**Autorização do cônjuge da Sra. Renata Braga Pentagna Guimarães Martini
(em cumprimento ao Art. 1647, III do Código Civil):**

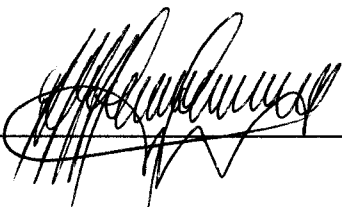


ANDRÉ GONTIJO MARTINI



Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

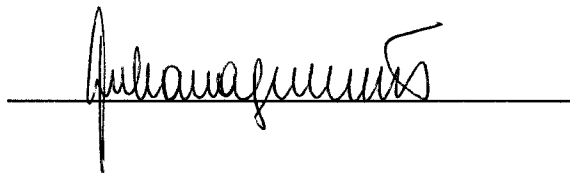
RODRIGO BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES





Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

JULIANA BRAGA PENTAGNA GUIMARÃES PASSOS

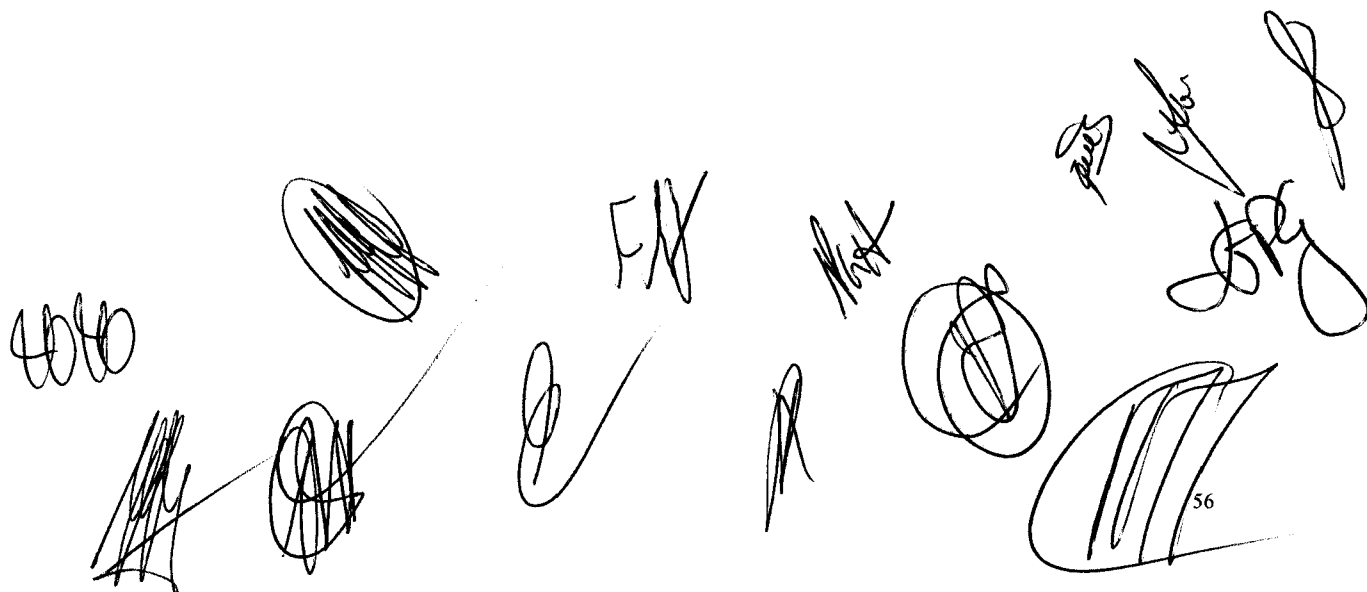


O Sr. Carlos Augusto Rique Passos, cônjuge da fiadora Sra. Juliana Braga Pentagna Guimarães Passos, assina este instrumento autorizando, de maneira irrevogável e irretratável, a fiança concedida, declarando que leu e entendeu as suas obrigações sob este instrumento e concordando com os termos e condições em que é prestada.

**Autorização do cônjuge da Sra. Juliana Braga Pentagna Guimarães Passos
(em cumprimento ao Art. 1647, III do Código Civil):**



CARLOS AUGUSTO RIQUE PASSOS



56

Página de Assinatura da Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Condição Resolutiva, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da BBO Participações S.A.

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Marcelo Takeshi Yano de Andrade
CPF: 818.854.188-77
RG: 27.272.909-7

Nome: Débora A. T. Cavalin Felício
CPF: 224.045.758-09

Débora H. T. Cavalin Felício
OAB/SP N° 264.104



